PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE CARAGUATATUBA
ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 1.817, DE 24 DE MARÇO DE 2010.

“Autoriza o chamamento público visando credenciamento de serviços profissionais de saúde, para atendimento ambulatorial e/ou urgência-emergência, de forma complementar à rede de serviços de saúde municipal e dá outras providências”.

Autor: Órgão Executivo.

ANTONIO CARLOS DA SILVA, Prefeito Municipal da Estância Balneária de Caraguatatuba, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, **FAZ SABER** que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal, através da Secretaria Municipal de Saúde, efetuar credenciamento de serviços profissionais de saúde, para atendimento ambulatorial e/ou urgência - emergência, de forma complementar à rede de serviços de saúde municipal, que atuem, preponderante ou exclusivamente no município, ou cuja complexidade possa garantir a resolutividade do sistema local.

Art. 2º. Fica autorizado ao Poder Executivo implantar uma tabela de valores Municipal que terá como referência a Tabela de Procedimentos SUS, devendo complementá-la buscando serem atingidos os fins da presente Lei, inclusive, reajustá-la, mediante avaliação da Comissão Especial de Credenciamento que será criada por ato do Executivo, mediante Decreto, contendo no mínimo 03 (três) servidores.

Parágrafo Único. Os atendimentos ambulatoriais e/ou de urgência-emergência, terão seus quantitativos e valores estimados em editais específicos, para tal fim, respeitando o artigo 2º, observando as normas que regulam a matéria, no âmbito do Sistema Único de Saúde.

Art. 3º. O credenciamento atenderá os princípios gerais da publicidade oficial do município e as normas contratuais vigentes.

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE CARAGUATATUBA
ESTADO DE SÃO PAULO

Art. 4º. As despesas decorrentes da presente Lei correrão a conta das dotações orçamentárias da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 5º. O prazo contratual do credenciamento será de 01 (um) ano prorrogável por igual período, até o limite de 60 (sessenta) meses.

Art. 6º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Caraguatatuba, 24 de março de 2010.

ANTONIO CARLOS DA SILVA

Prefeito Municipal